



UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



ANÁLISE DO IMPACTO DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NA AMAZÔNIA

Eixo Temático 3: Organizações, Gestão Criativa E Sustentabilidade

Gabryelly Dias Garcia

Universidade Federal do Pará-UFPA

Ângela Maria da Silva Kobayachi

Universidade Federal do Pará-UFPA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto da sustentabilidade nas organizações que operam na região amazônica. A pesquisa adotou uma abordagem metodológica que combinou revisão bibliográfica, análise de dados geográficos e entrevistas semiestruturadas com gestores-chave. As práticas sustentáveis adotadas pelas empresas foram investigadas, considerando-se os desafios únicos da região, como a complexidade geográfica e as tensões entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental. A revisão bibliográfica, ancorada em autores brasileiros e nas leis nacionais, proporcionou uma compreensão mais profunda das perspectivas culturais e socioeconômicas. Os principais resultados destacaram a importância de estratégias como a responsabilidade nas cadeias de fornecimento e a redução do uso de recursos naturais finitos. As empresas que incorporaram práticas sustentáveis demonstraram melhorias no desempenho organizacional e na imagem de mercado, mostrando como a sustentabilidade pode ser um diferencial competitivo na região. A análise geográfica revelou a interdependência entre as práticas sustentáveis e a dinâmica local. Em conclusão, esta pesquisa ressalta a necessidade de uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, considerando tanto as dimensões econômicas quanto as socioambientais. A sinergia entre teoria, prática e contexto regional é fundamental para promover a coexistência equilibrada entre crescimento econômico e preservação ambiental na região amazônica.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Amazônia, Organizações, Práticas sustentáveis e Desempenho Organizacional.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



INTRODUÇÃO

A Amazônia, com sua vasta extensão territorial e riqueza incomparável em biodiversidade, tornou-se um epicentro global de discussões sobre sustentabilidade. O impacto da sustentabilidade nas organizações que atuam nessa região assume um papel de extrema relevância. A floresta amazônica não apenas abriga uma porção significativa da biodiversidade do planeta, mas também desempenha um papel crucial no equilíbrio climático global, armazenando enormes quantidades de carbono.

Sob a ótica das leis ambientais brasileiras, como o Código Florestal e a Lei de Crimes Ambientais, as organizações que operam na Amazônia estão sujeitas a regulamentações rigorosas que visam a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, a sustentabilidade assume uma dimensão social e econômica, pois afeta diretamente as comunidades locais e o potencial econômico da região. Diante desse contexto, é imperativo analisar de maneira aprofundada como as práticas e políticas de sustentabilidade impactam as organizações que operam na Amazônia, levando em consideração não apenas os aspectos legais, mas também os desafios ambientais e sociais que essa região única enfrenta (Código Florestal Brasileiro, 2012; Lei de Crimes Ambientais, 1998).

Como a exploração insustentável dos recursos naturais na região amazônica afeta o meio ambiente, as comunidades locais e o desenvolvimento econômico, e quais são as implicações para as organizações que atuam na Amazônia? A problematização da exploração insustentável dos recursos naturais na Amazônia é fundamental, uma vez que esta região é de extrema importância para a biodiversidade global e o equilíbrio climático. O desmatamento, a mineração descontrolada e outras atividades prejudiciais podem causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

O trabalho busca aprofundar a compreensão dos desafios e oportunidades ligados à sustentabilidade na Amazônia. Pretende-se promover a conscientização e a adoção de ações responsáveis ao investigar e analisar o impacto das atividades econômicas, como exploração de recursos naturais, desmatamento e mineração, na região, com destaque para seus efeitos no meio ambiente e nas comunidades locais (a). Adicionalmente, avaliar as políticas e práticas de sustentabilidade de organizações presentes na região, como empresas, instituições governamentais e ONGs, com o propósito de compreender como essas iniciativas podem mitigar impactos adversos e promover o desenvolvimento sustentável (b). Propõe-se oferecer recomendações e diretrizes (c) a fim de integrar efetivamente os princípios de sustentabilidade em suas operações e políticas, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o bem-estar das comunidades locais.

O presente trabalho é de suma importância devido à crítica situação enfrentada pela região amazônica, que é amplamente reconhecida como um dos ecossistemas mais vitais e vulneráveis do mundo. A Amazônia desempenha um papel crucial na regulação climática global, na preservação da biodiversidade e no sustento de comunidades locais.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



No entanto, enfrenta sérios desafios devido à exploração insustentável de seus recursos naturais, como o desmatamento e a mineração, que têm impactos ambientais significativos, incluindo a perda de biodiversidade e a liberação de grandes quantidades de carbono na atmosfera.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA AMAZÔNIA

Neste capítulo, será realizada uma análise detalhada das políticas e práticas de sustentabilidade adotadas por organizações presentes na região amazônica. O objetivo principal é compreender como essas iniciativas podem contribuir para a mitigação de impactos adversos causados pelas atividades econômicas e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Serão examinadas as abordagens de empresas, instituições governamentais e organizações não governamentais (ONGs), bem como os resultados alcançados até o momento. Esta avaliação é essencial para identificar boas práticas e áreas que requerem melhorias.

ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE ADOTADAS POR EMPRESAS

Análise das estratégias e políticas de sustentabilidade implementadas por empresas que operam na Amazônia, destacando casos de sucesso e desafios enfrentados.

Para o subcapítulo “Abordagens de Sustentabilidade Adotadas por Empresas”, é importante destacar que a sustentabilidade empresarial é um tema complexo e multifacetado, que envolve aspectos ambientais, sociais e econômicos. De acordo com Silva et al. (2016), a sustentabilidade empresarial pode ser definida como “a capacidade de uma empresa de gerenciar seus impactos ambientais, sociais e econômicos, de forma a garantir sua sobrevivência no longo prazo e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade” (p. 2).

No contexto da Amazônia, as empresas que atuam na região enfrentam desafios únicos em relação à sustentabilidade, como a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e das comunidades locais. Segundo Oliveira et al. (2019), as empresas que operam na Amazônia precisam adotar abordagens inovadoras e colaborativas para enfrentar esses desafios, como a promoção de cadeias produtivas sustentáveis e a valorização dos recursos naturais da região.

Segundo dados atualizados das Juntas Comerciais (2023) de cada estado, atualmente, a Região Amazônica abriga um total de 1.899.585 empresas. Essa informação reflete a diversidade econômica e o dinamismo empresarial que caracterizam essa vasta região do Brasil, que inclui estados como Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Tocantins e Maranhão. Cada um desses estados contribui de maneira única para a economia regional, com atividades que vão desde a agropecuária até a indústria e os

REALIZAÇÃO:



APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

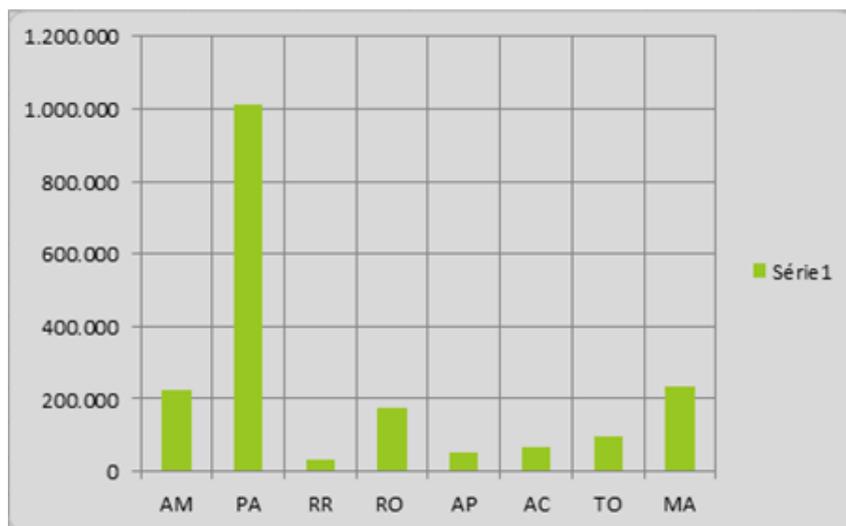
CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



serviços, evidenciando a complexidade e as particularidades econômicas da Região Amazônica.

De acordo, também, com dados das Juntas Comerciais (JUC) de cada estado situado na Amazônia, o Estado do Pará se destaca ao concentrar cerca de 1.013.142 empresas. Esse número impressionante representa, em termos percentuais, aproximadamente 4,94% do total de empresas registradas em todo o país. O Pará, com sua economia diversificada e uma ampla gama de setores, desempenha um papel crucial no contexto econômico da Região Amazônica e contribui significativamente para a atividade empresarial do Brasil como um todo. Esses dados evidenciam a importância da região não apenas em termos de preservação ambiental, mas também como um polo de desenvolvimento econômico e empresarial no país.

Gráfico 1: Empresas nas Regiões Amazônicas



Fonte: Justa Comercial (JUC)

Os números representam o cenário econômico diversificado da Região Amazônica no Brasil. Enquanto estados como o Pará e o Maranhão exibem um grande número de empresas devido à sua economia diversificada e à presença de portos importantes, estados como Roraima e Amapá possuem economias mais modestas, com foco em atividades como agricultura e pesca. Essa variedade econômica destaca a necessidade de estratégias adaptadas às particularidades de cada estado, visando ao desenvolvimento sustentável e à preservação do ambiente na região.

O Amazonas destaca-se como um centro industrial e de comércio, especialmente em Manaus, devido à zona franca de incentivos fiscais, atraindo investimentos e empresas de vários setores. Essa diversidade reflete a complexidade econômica da região, com

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



desafios e oportunidades distintos para o desenvolvimento sustentável em cada estado da Amazônia brasileira, exigindo estratégias específicas e adaptadas a cada contexto. Para enfrentar esses desafios, é fundamental o desenvolvimento de parcerias entre governos, empresas e organizações da sociedade civil, visando à preservação da Amazônia e à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, enquanto se impulsiona o crescimento econômico responsável e sustentável na região.

Em um contexto mais amplo, esses dados ilustram a importância de abordagens específicas de desenvolvimento e políticas de sustentabilidade para atender às necessidades e características únicas de cada estado amazônico. Essas estratégias são fundamentais não apenas para impulsionar o crescimento econômico regional, mas também para garantir a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais na região, estabelecendo um equilíbrio essencial para o futuro da Amazônia e do Brasil como um todo.

INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS PARA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Avaliação das políticas e programas governamentais voltados para a promoção da sustentabilidade na região, incluindo regulamentações, incentivos e ações de fiscalização.

Em seu trabalho seminal, E. O. Wilson (1992) destacou a riqueza única da Amazônia em termos de diversidade biológica, enfatizando a importância de proteger esse patrimônio. No âmbito das regulamentações, o Código Florestal Brasileiro, reformulado em 2012, estabelece regras para a proteção das florestas e áreas de preservação permanente na Amazônia. Contudo, sua implementação eficaz tem sido um desafio, e as mudanças recentes na legislação têm gerado debates acalorados sobre o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento (Soares-Filho et al., 2014).

Imagem 1: Estados Brasileiros, onde fica situado a Região Amazônica.



Fonte: Guia Geográfico (2023)

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Para promover a sustentabilidade, o governo brasileiro tem implementado programas como o Programa de Regularização Ambiental (PRA), com o objetivo de regularizar propriedades rurais e incentivar a recuperação de áreas degradadas (Brasil, 2017). Essas ações refletem a necessidade de abordagens integradas que considerem tanto a conservação ambiental quanto o desenvolvimento socioeconômico na Amazônia.

Além disso, programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) têm sido adotados em alguns estados da região, visando recompensar financeiramente aqueles que contribuem para a preservação de ecossistemas (Nepstad et al., 2019).

No entanto, é importante destacar que a fiscalização e o combate ao desmatamento ilegal ainda são desafios significativos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam um aumento nas taxas de desmatamento na Amazônia nos últimos anos (INPE, 2020). Isso ressalta a necessidade de aprimorar as ações de fiscalização e monitoramento por satélite, uma vez que o desmatamento representa uma ameaça direta à biodiversidade e ao ciclo global do carbono (Barlow et al., 2016).

Em relação às comunidades locais e povos indígenas, políticas específicas têm sido desenvolvidas para proteger seus direitos territoriais e culturais. O reconhecimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Constituição Brasileira de 1988 garantem a demarcação de terras indígenas e o respeito às tradições culturais dessas populações (Diegues, 2018). Por meio de programas de fomento à economia sustentável, como a extração de produtos florestais não madeireiros, busca-se fortalecer a autonomia e a sustentabilidade econômica dessas comunidades (Kainer et al., 2013).

O COP 30 é a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que ocorrerá em 2024. O objetivo principal do evento é discutir e definir ações para combater as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade. O Brasil tem um papel importante nesse processo, já que é um dos países com maior biodiversidade do mundo e abriga a maior floresta tropical do planeta, a Floresta Amazônica.

Não pode esquecer-se de citar que atualmente o país tem implementado diversas iniciativas governamentais para promover a sustentabilidade, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que estabelece metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, e o Programa de Regularização Ambiental, que incentiva a recuperação de áreas degradadas e a conservação da biodiversidade. Além disso, o Brasil tem investido em fontes de energia renovável, como a energia solar e eólica, para reduzir sua dependência de combustíveis fósseis.

Em Suma, as iniciativas governamentais para promoção da sustentabilidade na Região Amazônica envolvem uma complexa interação entre regulamentações, incentivos e ações de fiscalização. A proteção desse ecossistema crítico exige abordagens multifacetadas, que equilibrem o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e o respeito pelos direitos das comunidades locais e indígenas.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARA





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



CONTRIBUIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)

Exame do papel das ONGs na Amazônia em relação à sustentabilidade, abordando projetos, parcerias e esforços para a conservação ambiental e o desenvolvimento comunitário.

Esta dissertação abordará a modificação das estratégias e ações de ONGs ambientalistas que atuam na Amazônia brasileira em resposta à emergência das mudanças climáticas globais. Primeiramente, ela introduzirá o leitor ao mundo das ONGs ambientalistas e à história do socioambientalismo brasileiro, destacando a presença dessas organizações na Amazônia. Em seguida, apresentará o desmatamento e degradação da Amazônia como um problema socioambiental crucial e mostrará como essas questões estão intrinsecamente relacionadas às mudanças climáticas globais.

Além disso, destacará a importância da cooperação internacional no fortalecimento das ONGs na região. A dissertação também discutirá o papel da produção de conhecimento climático na conscientização sobre as mudanças climáticas e como outros atores desempenham um papel fundamental na difusão desse conhecimento. Por fim, ela analisará o papel de quatro ONGs socioambientais específicas na Amazônia em relação às mudanças climáticas, explorando como essas organizações enfrentaram barreiras organizacionais para abordar essa questão. Isso proporcionará uma compreensão mais completa de como as ONGs estão se adaptando e contribuindo para solucionar os desafios climáticos na região, fornecendo uma visão aprofundada e significativa desses processos e suas implicações.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO EM GESTÃO NA AMAZÔNIA



Tabela 1: Informações comparativas das quatro ONGs socioambientais objeto deste estudo, relativas a missão, objetivos, parceiros, financiadores, escritórios atuação em políticas públicas e produção científica.

	ICV	IMAZON	IPAM	ISA
FUNDAÇÃO	1991	1990	1995	1994
MISSÃO	Promover a sustentabilidade e a qualidade de vida através de estudos e ações que favoreçam a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza.	Promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, disseminação de informações, apoio à formulação de políticas públicas e formação profissional.	Contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população, e que preserve as funções ecológicas dos ecossistemas da região	Promoção da sustentabilidade socioambiental, valorização da diversidade cultural e biológica do país.
OBJETIVOS	Inicialmente: denunciar impactos na Chapada dos Veadeiros Posteriormente: redução do desmatamento	Estudar as transformações na paisagem Amazônica e buscar soluções para os problemas cruciais de uso e conservação dos recursos naturais na Amazônia	Engajar a ciência e o ativismo ambiental na região amazônica, construindo bases para a ação de movimentos sociais e para a formulação de políticas públicas	Defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos
PARCEIROS	Organizações locais, ONGs brasileiras e transnacionais, Universidades	Organizações locais de base, movimentos sociais amazônicos, ONGs nacionais e transnacionais, governo do estado, governo federal e instituições de pesquisas nacionais e internacionais.		Sempre se preocupou em fortalecer e trabalhar junto a parceiros locais. Estabeleceu parceria com órgãos governamentais municipais e estaduais, ONGs nacionais e Universidades brasileiras
FINANCIADORES	Cooperação Internacional, Fundações Norte-Americanas, ONGs transnacionais norte-americanas, fontes governamentais nacionais e setor privado	Governos estaduais e governo federal, a fundações norte-americanas, cooperação europeia, universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, grandes ONGs transnacionais e empresas privadas	Poucos financiadores a princípio que financiavam a organização como um todo, passando a um leque diverso de financiadores. Hoje possui um leque amplo que inclui fundações, governos, cooperação internacional e outros.	Financiadores internacionais para financiamento institucional (100%). Órgãos governamentais estaduais e federais, fundações norte-americanas e europeias, cooperação internacional, ONGs transnacionais e empresas privadas.
ESCRITÓRIOS	Cuiabá (MT) e Alta Floresta (MT)	Belém (PA)	Altamira (PA), Belém (PA), Brasília (DF), Canarana (MT), Itaituba (PA), Rio Branco (AC) e Santarém (PA)	São Paulo (SP), Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriela da Cachoeira (AM), Canarana (MT) e Eldorado (SP)
POLÍTICAS PÚBLICAS	Desde os primórdios da organização, com trabalhos junto a governos estaduais.	O apoio à formulação de políticas públicas foi incorporado mais tardiamente na organização, apenas a partir do ano 2000.	Desde a sua criação, a organização tinha como objetivo interferir em políticas públicas.	Desde o início a organização teve como preocupação a atuação junto a órgãos governamentais, buscando interferir na criação de políticas públicas.
PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Proximidade a Universidade Federal do Mato Grosso, desde que iniciou seus trabalhos em 1991.	Desde a sua fundação, a organização esteve próxima a institutos de pesquisa.	Desde o princípio a organização optou por fazer ciência "de um jeito novo", utilizando o método de Pesquisa Participativa.	Ainda que produção científica não estivesse na missão da organização, a mesma sempre buscou trabalhar junto a Universidade e parceiros para difusão do conhecimento.

Fonte: Azevedo G. (SP 2020) dissertacao_COUTO_2012 22.pdf

O estudo enfatizará como as ONGs, como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM), adquiriram legitimidade institucional ao se envolverem na conservação da Amazônia e na conscientização sobre as mudanças climáticas. Essas organizações, embora com abordagens e contextos diversos, encontraram maneiras de integrar a questão climática em sua agenda, adaptando-se às demandas emergentes e desenvolvendo parcerias nacionais e internacionais. O referencial teórico baseia-se em conceitos de legitimação institucional, mostrando como a ação das ONGs na conservação da Amazônia contribuiu para sua aceitação como atores relevantes nas discussões sobre mudanças climáticas no âmbito internacional, no contexto em que o trabalho será desenvolvido.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES NA REGIÃO AMAZÔNICA

O segundo capítulo se concentrará na análise das práticas de sustentabilidade adotadas por organizações presentes na região amazônica, incluindo empresas, instituições governamentais e ONGs. O objetivo é identificar oportunidades de mitigação dos impactos negativos causados pelas atividades econômicas e promover o desenvolvimento sustentável. Serão examinadas as abordagens, políticas e resultados obtidos por essas organizações.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE

Este subtítulo servirá para explorar as políticas, estratégias e iniciativas de sustentabilidade implementadas por organizações na região amazônica, destacando casos de sucesso e desafios enfrentados por essas instituições.

A Região Amazônica é um dos ecossistemas mais vitais do planeta, desempenhando um papel crucial na regulação do clima global e na preservação da biodiversidade. No entanto, também enfrenta ameaças significativas devido à exploração de recursos naturais, desmatamento e mudanças climáticas. Para abordar esses desafios, muitas organizações na região implementaram políticas e estratégias de sustentabilidade. Neste referencial teórico, exploraremos a importância dessas políticas, estratégias e iniciativas, destacando exemplos de empresas e organizações que têm desempenhado um papel fundamental na promoção da sustentabilidade na Amazônia.

As políticas de sustentabilidade na Região Amazônica têm uma base legal sólida. A Lei de Crimes Ambientais do Brasil (Lei Federal nº 9.605/1998) estabelece diretrizes rigorosas para a proteção do meio ambiente na região. Além disso, o Brasil é signatário do Acordo de Paris, comprometendo-se a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, o que tem implicações diretas para a Amazônia.

Um exemplo notável de estratégia de sustentabilidade na Amazônia é a criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que buscam conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento econômico de comunidades locais. A RDS Mamirauá é um exemplo bem-sucedido, onde a pesquisa científica, o turismo sustentável e a gestão participativa têm desempenhado um papel fundamental na proteção da região.

Empresas como a Natura, uma das maiores empresas de cosméticos do Brasil, têm se destacado por suas práticas sustentáveis na Amazônia. A Natura trabalha diretamente com comunidades locais, promovendo a extração sustentável de ingredientes naturais e investindo em projetos de reflorestamento.

Boticário: O Grupo Boticário, do qual fazem parte marcas como O Boticário e Quem Disse, Berenice? tem apoiado projetos de conservação da biodiversidade na Amazônia e promovido a extração sustentável de ingredientes naturais.

REALIZAÇÃO:



APOIO:





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Ambev: A empresa de bebidas tem investido em iniciativas de reflorestamento e restauração florestal na Amazônia, com o objetivo de compensar suas emissões de carbono e promover a conservação da floresta.

As políticas, estratégias e iniciativas de sustentabilidade desempenham um papel fundamental na preservação da Região Amazônica. Embora haja desafios significativos, como o desmatamento ilegal e a pressão por recursos naturais, exemplos de empresas e organizações bem-sucedidas demonstram que é possível conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental na Amazônia. Essas abordagens são essenciais para garantir que a região continue a desempenhar seu papel vital na estabilidade climática global e na proteção da biodiversidade.

RESULTADOS E IMPACTOS DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Este subtítulo pode ser dedicado a analisar os resultados e os impactos das práticas de sustentabilidade adotadas pelas organizações na região, enfatizando como essas iniciativas contribuem para a mitigação de impactos negativos e o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Neste subtítulo, examinaremos os resultados e os impactos das práticas de sustentabilidade adotadas por organizações na região amazônica, enfatizando como essas iniciativas contribuem para a mitigação de impactos negativos e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para isso, é fundamental basear nossa análise em uma sólida fundamentação teórica que explore os efeitos das práticas sustentáveis sobre o ambiente e as comunidades locais.

Um dos principais resultados das práticas sustentáveis na região amazônica é a redução do desmatamento e a preservação da biodiversidade. Autores como Philip Fearnside, renomado cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), destacam a importância de estratégias de conservação e manejo sustentável da floresta tropical para mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas e preservar ecossistemas únicos (Fearnside, 2005). Estudos científicos demonstram que iniciativas de restauração e reflorestamento, frequentemente adotadas por organizações na Amazônia, contribuem para a absorção de carbono e a estabilização do clima (Gibbs et al., 2010).

As práticas sustentáveis também têm um impacto significativo nas comunidades locais da Amazônia. Autores como Susanna Hecht (2005) enfatizam a importância de abordagens participativas que envolvam as populações indígenas e tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo ao mesmo tempo seu bem-estar e a conservação do ambiente. Exemplos como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que combina pesquisa científica, turismo sustentável e participação comunitária, demonstram como essas práticas podem beneficiar as comunidades locais (Silva et al., 2018).

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



Além dos benefícios ambientais e sociais, as práticas sustentáveis na Amazônia também podem ter impactos econômicos positivos. Estudos econômicos, como o de Becker et al. (2013), exploram como a extração sustentável de recursos naturais, como a castanha-do-pará e o açaí, pode gerar renda para comunidades locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. Empresas como a Natura, que incorporam princípios de sustentabilidade em suas operações, também podem servir como exemplos de sucesso de negócios sustentáveis na Amazônia (Pinto, 2017).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo basear-se-á principalmente em pesquisas bibliográficas, análise de documentos e levantamento de informações disponíveis em fontes confiáveis. Será realizado um extenso levantamento de literatura que aborde os temas relacionados à sustentabilidade na Amazônia, incluindo estudos acadêmicos, relatórios governamentais, documentos de organizações não governamentais e artigos científicos.

Além disso, serão analisadas leis, regulamentos e políticas governamentais relacionadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável na região amazônica. Dados estatísticos, mapas e informações geográficas também serão coletados para enriquecer a compreensão dos desafios e oportunidades presentes na Amazônia.

A análise desses materiais permitirá uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema, auxiliando na identificação de tendências, melhores práticas e áreas que requerem maior atenção no contexto da sustentabilidade na Amazônia. Essa abordagem metodológica baseada em estudos bibliográficos contribuirá para a construção de uma base sólida de conhecimento e informações que embasarão a pesquisa e análise realizadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mai. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



OLIVEIRA, J. A. et al. Sustentabilidade empresarial na Amazônia: desafios e oportunidades. Revista de Administração da UNIMEP, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2019.

SILVA, J. C. S.; FERREIRA, L. C.; SANTOS, M. A. Sustentabilidade empresarial: uma revisão bibliográfica sistemática. Revista de Administração da UNIMEP, v. 14, n. 3, p. 1-22, 2016.

Barlow, J., et al. (2016). The future of hyperdiverse tropical ecosystems. Nature, 559(7715), 517-526.

BRASIL. (2017). Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.952, de 25 de junho de 2009, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 11.947, de 16 de junho de 2009, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 13.259, de 16 de março de 2016, 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.870, de 23 de novembro de 1999, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 13.016, de 24 de julho de 2014, 11.481, de 31 de maio de 2007, 9.636, de 15 de maio de 1998, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 11.947, de 16 de junho de 2009, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivos da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e da Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016; e dá outras providências.

DIEGUES, A. C. Indigenous and local knowledge, science and sustainability in Amazonia: Insights into the global debate. Ambio, 47(1), 45-55, 2018.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). (2020). PRODES - Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite. Retirado de <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

WILSON, E. O. The Diversity of Life. Harvard University Press, 1992.

NEPSTAD, D., et al. The Amazon rainforest: politics, finance, science and conservation. Regional Environmental Change, 19(5), 1481-1490, 2019.

SOARES-FILHO, B., et al. Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. Proceedings of the National Academy of Sciences, 111(34), 15591-15596, 2014.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ





UNAMA

APRESENTA:

CIÊNCIA E INOVAÇÃO
EM GESTÃO NA
AMAZÔNIA



BRASIL. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. *Megadiversidade*, 1(1), 23-32, 2005.

GIBBS, H. K., et al. Carbon payback times for crop-based biofuel expansion in the tropics: the effects of changing yield and technology. *Environmental Research Letters*, 5(3), 034012, 2010.

HECHT, S. B. Local voices, global echoes: Forging indigenous futures from Amazonia. *Global Environmental Politics*, 5(3), 67-95, 2005.

SILVA, A. M., et al. From co-management to co-governance: Lessons from Brazil's first National Sustainable Development Reserve. *Land Use Policy*, 76, 273-282, 2018.

BECKER, C. D., et al. Sustainable livelihoods and forest management in flooded forests: An analysis of the economic potential of the artisanal fishery and non-timber forest products in the Mamirauá Sustainable Development Reserve. *Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology*, 17(1), 11-24, 2013.

PINTO, M. C. Sustainability strategies and practices in the cosmetics industry: a study of the Natura Group. *Journal of Cleaner Production*, 155, 1-10, 2017.

REALIZAÇÃO:



UNAMA

APOIO:

PROGRAMA INSTITUCIONAL
DE FOMENTO À PESQUISA E
INNOVAÇÃO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

